

O «Anuário da Região Duriense 1940»: uma fonte para o estudo sincrónico do Douro

Nuno Resende ¹

¹ CITCEM, Faculty of Arts and Humanities, University of Porto, Porto, Portugal

Abstract

The «Anuário da Região Duriense 1940» organized and edited by J. Alcino Cordeiro, is an important historical source for the study of the Douro Demarcated Region, Portugal, within the Estado Novo period (1933-1974). Conceived in the manner of yearbooks or almanacs, typology of which has developed abundantly over the 19th and 20th centuries, it draws up, from the collection of various data, the register of wine, commercial and industrial activity in the parishes of the demarcated region, indicating, within these, a set of information regarding services, public and private, and the wine produced by each producer, on a scale divided into intervals of 5 to 20, 21 to 50, 51 to 100 and more than 100 barrels. In this sense, the specific objectives of this communication are, first, to elaborate the proper criticism of the source, trying to explain its construction and purpose and, in a second part, the treatment of some of the data extracted from it, through its systematization and interpretation. From a general point of view, it is intended to contribute to the knowledge and recognition of this source in the context of the Estado Novo and its policies for the Demarcated Region.

Keywords: historical source, yearbook, methodology

Resumo

O «Anuário da Região Duriense 1940», dirigido e editado por J. Alcino Cordeiro, é uma fonte importante para o estudo integrado da Região Demarcada do Douro, no início do Estado Novo. Concebido ao modo dos anuários ou almanaques cuja tipologia se desenvolveu abundantemente ao longo dos séculos XIX e XX, elabora, a partir da recolha de vários dados, o registo da actividade vitivinícola, comercial e industrial das freguesias da região demarcada, indicando, dentro destas, um conjunto de informações respeitantes a serviços, públicos e privados, e o vinho produzido por cada produtor, numa escala dividida em intervalos de 5 a 20, 21 a 50, 51 a 100 e mais de 100 pipas. Nesse sentido, os objetivos específicos desta comunicação são, primeiro, o de elaborar a devida crítica da fonte, procurando explicar a sua construção e finalidade e, numa segunda parte, o tratamento de alguns dos dados extraídos da mesma, através da sua sistematização e interpretação. De um ponto de vista geral, pretende-se contribuir para o conhecimento e reconhecimento desta fonte no contexto do Estado Novo e das suas políticas para a Região Demarcada.

Palavras-chave: fonte histórica, anuário, método crítico

Introdução

O conceito de documento enquanto reservatório de factos para a escrita da História mudou significativamente nos últimos anos. Adquire hoje uma expressão muito mais vasta quer na forma, quer no âmbito em que o Historiador pode tomar para si o trabalho de crítica e interpretação de factos colhidos em diversos suportes. Na época contemporânea a diversidade de material escrito, manuscrito e impresso, associado a uma crescente difusão da imagem fotográfica, gerou um aumento quantitativo do que chamamos fontes históricas, algo que já se pressentia há meio século (Besson, 1965). Desde jornais e revistas, à literatura narrativa e poética, passando pelo memorialismo, a escrita burocrática, judicial, etc. vários são os mananciais de dados e as suas origens, que tornam por vezes difícil uma observação atenta do documento. Demasiado “ruído” pode impedir uma observação criteriosa e analítica por parte do Historiador, mais interessado nos recortes seriais que lhe permitem grandes análises e menos no documento singular, a «eleição do singular», (Chartier, 1998).

Por outro lado, o uso incorreto do termo fonte, num tempo em que tudo parece jorrar abundantemente de “fontes de informação”, deturpa o sentido da palavra historiográfica: para um historiador, fontes são os resíduos, elementos, vestígios, factos, que lhe permitem reconstituir e interpretar o Passado. Para tal reconstituição, interpretação ou leitura se quisermos (incluída nesta leitura as fontes visuais), o Historiador necessita do auxílio de metodologias de recolha, de observação e de análise. Amiúde o investigador em História contenta-se com a citação, a transcrição e a propagação da opinião do seu antecessor ou dos seus pares, sem elaborar a devida crítica do ou validá-la. Por outro lado, parece-nos dar pouca atenção ao livro como fonte, exclusivamente remetido para a listagem de referências bibliográficas, como apenas mais uma monografia onde se colheu uma ou outra referência. Mas, com efeito, “contendo em si um texto que é um elemento da cultura escrita de uma época, o livro é, incontestavelmente, um indicativo privilegiado para uma história que pretende ter em conta tudo aquilo que uma sociedade pensou ou escreveu” (Chartier, 1990, p. 362).

Todo o labor literário, investigativo ou novelístico, ensaístico ou poético, torna-se uma fonte a partir do momento em que é produzido, permitindo refletir, através de características externas (o suporte, o tipo de impressão, o modo de encadernação, etc.) e internas (o conteúdo, gráfico, impresso, escrito ou visual, etc.), aspetos do tempo da sua produção (cronologia), da sociedade que o recebeu, do pensamento e biografia do seu autor ou autores, permitindo que o Historiador construa narrativas a partir de outras narrativas, medindo «com rigor o valor do testemunho humano» (Salmon, 1979).

Consideramos, assim, necessário investir na reflexão da própria ideia de fonte histórica que, mercê das tecnologias digitais e cibernéticas, se vai alterando, e contribuir, também, para uma revisão do labor metodológico da crítica na historiografia. O presente trabalho pretende, seguindo esta linha de pensamento, debruçar-se sobre uma fonte específica: um anuário impresso em 1939, no Douro, em Portugal.

Ao longo dos séculos XIX e XX produziu-se um tipo de fonte contendo matérias diversas organizadas de forma analítica, como os Anuários, os Prontuários e os Reportórios. Descendentes de uma genealogia de outros tipos de obras nascidas com a imprensa e moldadas pelo racionalismo enciclopedista, como os Almanques, este tipo de trabalhos expressava uma forma intelectualizada de ver e representar o mundo e a sua informação, mesmo

tratando-se de informação com intuito de divulgação popular, como no caso dos almanaques, em forma de folheto, destinados à informação dos menos letrados.

Com o avanço da Revolução Industrial, a progressiva especialização do comércio, de serviços e o crescimento exponencial das cidades, esta categoria de literatura, subdividida em tipologias mais ou menos ligadas a atividades ou públicos específicos tornou-se comum, como uma espécie de tratadística do quotidiano. No século XIX, são inúmeros os almanaques em circulação e muito diversos nos seus formatos e conteúdos. Um dos mais conhecidos da língua portuguesa, publicado entre 1852 e 1932, foi o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Nasceram e difundiram-se, também, os anuários, vocacionados para a divulgação de atividades comerciais, industriais ou serviços e cuja periodicidade era, geralmente, anual. Em Portugal são, sobretudo, um fenómeno urbano, destacando-se os Anuários Comerciais e Industriais para as cidades do Porto e de Lisboa, embora se registem edições do género noutras localidades.

O prontuário é, portanto, uma “publicação em série que é editada anualmente”, de “carácter estatístico”, ou “com resumo de actividades” (Faria e Pericão, 1988).

A fonte

O «Anuário da Região Duriense 1940» é um livro de 573 páginas numeradas, com fólhos de 21,6x15,5 cm e encadernação em cartão revestido a tartalana ou tela com as dimensões 22,3x15x3 cm. Entre as páginas 124 e 125 apresenta um mapa desdobrável da Região Duriense, com as medidas 39,5x23,5, tendo sido impresso em quatro tipos de papel, de gramagens diversas (**figs. 1-2**).

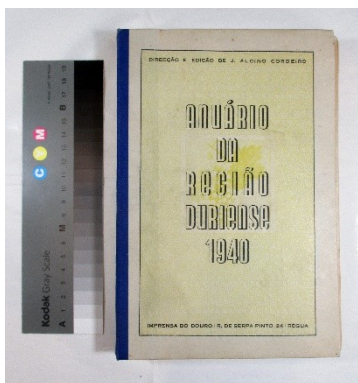


Figura 1

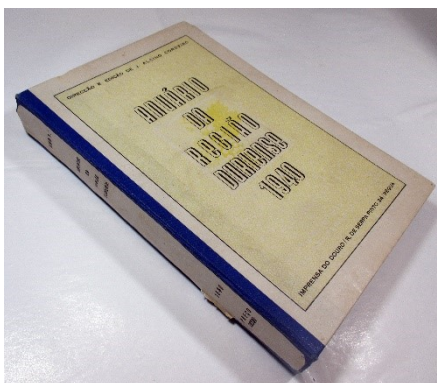


Figura 2

Foi seu diretor e editor J. Alcino Cordeiro, cujo nome aparece no topo da capa, antes do título e da indicação do local de impressão. Na lombada indica-se “Ano 1.º”, o título, o ano e o preço da edição: 20\$00 (vinte escudos).

Na folha de rosto acrescenta-se que a obra é da sua propriedade e, no verso desta, indica-se ter sido composta e impressa na Imprensa do Douro, na Rua de Serpa Pinto, n.º 24, Régua. Não obstante a data que acompanha o título na capa, informa-nos o colofão ter acabado de imprimir-se a 30 de novembro de 1939.

O índice, nas páginas 569-573, consta de uma organização ideográfica que não permite compreender o sumário da obra. Este pode, contudo, ser aferido ou reconstituído através da leitura pelas diferentes manchas de textos e tipos de impressão, pelos títulos e até pelo papel que se distingue logo nas primeiras folhas com reproduções fotográficas (em papel couché?), entre as páginas 168-169, 344 e 345 (papel do tipo aéreo) com publicidade, e, ainda, pelo mapa (pp. 124-125).

Dado o teor do seu conteúdo, informação variada organizada de forma sistemática, podemos analisar este trabalho em dois níveis: um textual e um fotográfico. O textual inclui as manchas de texto, o mapa e as vinhetas publicitárias que se distribuem ao longo do Anuário, com diferentes dimensões e destaques. O nível fotográfico consta de 134 imagens, sendo a maioria (127) composta por ilustrações ao texto ou a este respeitantes, e 6 incluídas em anúncios publicitários.

Ao nível textual, partindo da sua leitura e da dos seus títulos, podemos dividir este Anuário em três pontos ou partes principais¹:

O **“Memorandum”** (pp. 7-54), que apresenta um calendário de todas as operações, atividades e eventos ligados com o cultivo, produção, transporte e comercialização do vinho, nomeadamente contribuições e impostos, questões com pessoal, licenças municipais. No seguimento deste memorandum estão várias informações sobre contribuições (p. 13), taxas postais (p. 13-19), imposto de selo (pp. 20-25), feriados (p. 26), legações de Portugal no estrangeiro, chancelarias e consulados (pp. 27-33), câmaras do comércio (p. 34), legislação de interesse para o Douro e outras disposições legais (pp. 34-45), tabela prática de medidas (pp. 46-54).

A **Informação de teor corográfico e corporativo** (pp. 55-169), composta por Freguesias da Região dos Vinhos Generosos do Douro (pp. 55-57), Casas do Povo (pp. 57-58), índice corográfico da região duriense (pp. 59-99), Quintas da região duriense (pp. 100-123), Meios de comunicação e distâncias quilométricas das povoações à Régua (pp. 124-127), Grémios de Vinho e de Azeite (pp. 128-153), vendedores de vinho do Porto para consumo nacional (pp. 154-155), câmara de corretores de vinho e aguardente da Praça do Porto (pp. 156-157), endereços de interesse para os viticultores da região duriense (pp. 158-163), Instituto do Vinho do Porto (pp. 165-168).

E o **“Indicador dos Serviços Públicos Comerciais, Industriais, Profissionais e Agrícolas da Região dos Vinhos Generosos do Douro”** (pp. 169-554), que ocupa a maior parte da obra e que se subdivide em municípios, dentro destes em freguesias (que integram a Região Demarcada) e, em cada uma, deriva em verbetes respeitantes a *serviços públicos* e a *comércio, indústria, agricultura e profissões*.

A obra termina com uma listagem das **“Delegações da Casa do Douro”** (pp. 555-559) e ainda uma lista de Moradas de produtores/proprietários do Douro (pp. 560-565).

Embora se atribua, pelas indicações acima referidas, a autoria da obra a J. Alcino Cordeiro, existem outras autorias ou colaborações indicadas por assinatura ao longo do Anuário. Desde logo o prefácio de Martins Teles,

¹ Cf. Cordeiro, 1940. A partir deste ponto eximimo-nos de apresentar a referência bibliográfica do anuário, remetendo o leitor para a(s) página respetiva(s), indicada(s) entre parêntesis ex: (p. 54).

na página 5, e contribuições de teor monográfico, histórico e artístico, a saber um texto de João Amaral, relativa a Lamego; outro de José Silvério de Andrade, sobre Vila Nova de Foz Côa (pp. 498-505) e ainda um outro de Santos Carneiro (pp. 527-529) sobre Vila Real. Nas páginas 333-334 há uma “Entrevista” com o presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua que, embora não assinada, se depreende pela leitura ter sido elaborada pelo próprio J. Alcino Cordeiro.

A nível fotográfico, o Prontuário é, como já referimos, bastante rico. Consta de 134 imagens fotográficas que abrem a obra logo a seguir à folha de rosto (pp. 4-6), em três fólhos de papel couché onde se reproduzem, em forma de molduras ovais, os retratos do General Carmona, Salazar, Marquês de Pombal (p. 4) (**fig.3**), João Franco e General Abes Pedrosa (p. 5), Engenheiro Sebastião Ramires, Dr. Pedro Teotónio Pereira e Dr. João Pinto da Costa Leite (Lumbrals) (p. 6).

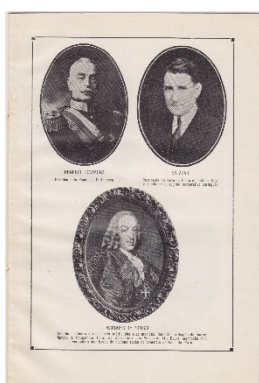


Figura 3

Ao longo do anuário reproduzem-se outras fotografias que podemos repartir pelas seguintes categorias: **Paisagem** (31), **Edificado** (53), **Práticas** (4), **Retrato** (36) e **Anúncios** (2).

As fotografias de paisagem são, na sua maioria, do território vinícola, que as legendas vincam: “encostas”, “vinhedos”, “margens” e ainda trechos do rio. Das 31 fotografias de Paisagem 17 dizem respeito a vistas urbanas das seguintes localidades: Pinhão, Régua (3), Lamego (2) Torre de Moncorvo, Murça, Donelo, Medrões, São João da Pesqueira, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa (2) e Vila Real.

A categoria de **Edificado** inclui construções ligadas à vitivinicultura, tais como Armazéns (8), Casas e Quintas (56) e Lagares (3). Há ainda reproduções de escolas (4), equipamentos assistências e de saúde pública (2), edificado ligado à ferrovia (3) e monumentos emblemáticos, nomeadamente igrejas (7).

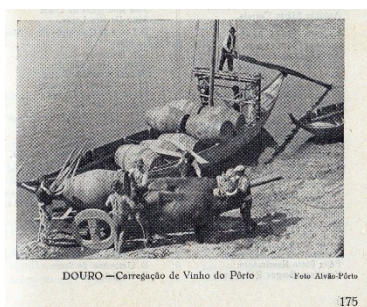


Figura 4

Nas **Práticas**, mostram-se operações ligadas à faina fluvial, como a carga e descarga de pipas (**fig. 4**) ou do alar dos barcos.

Alguns **Anúncios** incluem imagem fotográfica, como o do *Colégio de Santa Teresinha do Menino Jesus*, na Régua (p. 155), e o das Caves da Raposeira (pp. 248-249), cuja publicidade ocupa também a contracapa do Anuário (**fig. 5**).

Há ainda uma reprodução da maqueta do edifício, então em construção, destinado à sede da Casa do Douro, na Régua (343).

Das 134 imagens fotográficas conhecemos apenas a autoria de 32 – trabalho intelectual, entenda-se, de captação dos registos, pois o trabalho de fotogravura para impressão é praticamente todo assinado por Marques Abreu, como se vê pela reprodução da marca incisa (AB) que aparece num dos cantos inferiores na maioria das imagens.



Figura 5

Das 32 imagens fotográficas reproduzidas no Prontuário, 17 são da Casa Alvão, 5 da Beleza, 3 de C. Saraiva (as respeitantes a Vila Nova de Foz Côa), 2 da Foto-Fontes (Vila Real) e referências avulsas a outros fotógrafos, provavelmente da região, como um A. Monteiro Júnior, da Régua e duas assinaturas infelizmente ilegíveis, uma delas alusiva a um fotógrafo de Torre de Moncorvo (p. 309).

O autor

Júlio Alcino Cordeiro nasceu na freguesia de Miragaia, na cidade do Porto, filho de Cristiano Guilherme Cordeiro e de Maria Augusta, o pai natural de Ervedosa do Douro, mas todos moradores, em 1917, na Rua Anselmo Braancamp, n.º 227 daquela cidade².

O filho seguiu as pegadas do pai, como militar, e ambos integraram o C.E.P. - Corpo Expedicionário Português, ele como 2.º sargento embarcado a 27 de maio de 1917 e o pai, alferes de infantaria, a 28 de junho do mesmo ano.

Não sabemos nem quando nem qual a razão que levou Alcino Júlio a instalar-se na Régua, onde fez imprimir o seu Anuário em 1940. Parece residir na Rua dos Camilos, como se vê pelo bilhete-postal incluso que pretendia recolher informações para a elaboração do número seguinte, do ano de 1941. Pelo seu testamento, lavrado a 8-11-1944 no cartório notarial de Abel Duarte Teixeira Araújo, à rua Serpa Pinto da Régua, sabemos ter casado com Adélia de Oliveira Rêgo, de cujo casamento não havia filhos, nem descendentes. Era, então, funcionário da Casa do Douro¹.

Será no exercício destas funções que, a partir de 1940 e até 1970, Júlio Alcino desenvolve intensa atividade editorial que versa, sobretudo, questões legais e agrícolas, centradas no Douro. A plataforma PORBASE regista 70 títulos com a autoria de Alcino Cordeiro ou com a sua chancela como editor – sinal de que estaria envolvido na publicação comercial de obras. A circunstância de algumas das obras chegarem a ter várias edições leva-nos a considerar que este seu labor constituísse atividade com fins comerciais. Contribui para este perfil de editor ou até tipógrafo o anúncio entre as páginas 344 e 345 do Anuário, sobre «Estampas de origem italiana», cujos pedidos deviam ser dirigidos a «J. Alcino Cordeiro», da Régua (**fig. 6**).

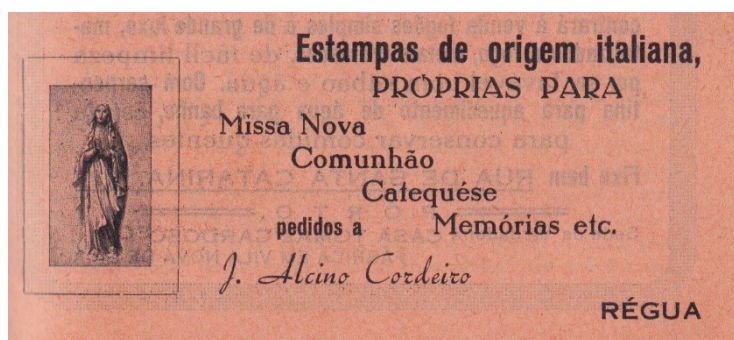


Figura 6

A partir desta localidade escreveu e editou várias obras, tais como prontuários, elucidários, anuários, manuais e coleções legislativas. Ainda que não lhe conheçamos formação superior ou especializada, tornou-se um dos mais fecundos redatores durienses, muito embora o seu nome pouco ou nada se tenha destacado na memorialística

² ADVR, Notariais, Cartório Notarial de Peso da Régua, 5.º ofício, Livro de notas, fls. 8-9v.º

histórica contemporânea da região. De facto, J. Alcino Cordeiro parece ter ficado arredado da historiografia regional – não obstante o seu principal trabalho, e que constituiu o assunto deste texto, tenha sido utilizado por vários autores, pelo seu carácter eminentemente sistemático e analítico.

De facto, o Anuário da Região Duriense constitui o mais completo repositório de informações sobre o território vitivinícola na viragem de 1939 para 1940. Nem antes, nem depois deste trabalho, encontramos outro com o seu alcance ao nível de recolha, sistematização e apresentação de informações sobre a Região Demarcada, em muito ultrapassando a divulgação de informações unicamente ligadas à cultura do vinho.

Embora se depreenda, pelas indicações finais ao Anuário de 1940, que o editor tivesse na ideia a sua publicação anual, este foi número único. É provável que não tivesse sucesso comercial ou que a publicação inaugural esgotasse os recursos necessários a edições subsequentes. Todavia, constitui, fora dos centros urbanos portugueses, uma experiência única ao seu nível no Portugal da primeira metade do século XX.

Potencialidades da fonte

Feita a devida crítica interna e externa da fonte e conhecido o autor e um pouco do seu tempo, podemos refletir um pouco sobre as potencialidades da mesma.

Estamos perante uma fonte secundária, que agrega dados de outras fontes, primárias. Não conhecemos, ainda, todo o processo de construção desta fonte, mas depreendemos pelo tipo de informações veiculadas que a proveniência das informações nela reunida seja variada e, na sua congregação, pudesse haver falhas, deturpações e eventuais incorreções. Por ser um trabalho de grande complexidade, deverá ser sujeito a um escrutínio cuidadoso quanto, por exemplo, à análise dos dados de teor estatístico.

Contudo, lidamos com outra questão mais premente no que toca à preparação desta obra. Ela encontra-se profundamente marcada por uma ideologia política, que se encontra bem expressa logo na abertura, com a homenagem fotográfica àqueles que o autor consideraria os principais líderes da transformação e projeção duriense, começando pelo chefe de Estado e de Governo de então, o presidente da República e o presidente do Conselho de Ministros, respetivamente Carmona e António de Oliveira Salazar. Os anos de 1939-1940 são já de um Estado Novo em avanço, em que o Douro assume um papel essencial no contexto económico de então (Peixoto, 2019).

De resto, o autor constrói neste Anuário uma imagem particular do território, centrado na Régua (**fig. 7**) e na grandiosa obra nascente da Casa do Douro, a cuja localidade e instituição presta homenagem de maneiras diversas, seja através da organização do Prontuário e do texto, seja através da fotografia, que reproduz a retratística do poder da instituição. É, aliás, um dos retratados, Alfredo Martins Teles (pág. 358), secretário-geral da

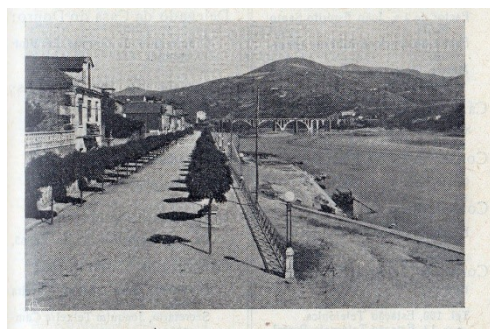


Figura 7

Casa do Douro, que prefacia o Anuário. Tal facto leva-nos a crer que os arquivos desta instituição possam ter sido fundamentais para a organização deste trabalho.

A fotografia é uma forma de cartografar um território ao mesmo tempo antigo e moderno, pitoresco e natural, mas com arquiteturas que os homens do Estado Novo e alguns particulares vão disseminado pela paisagem. A preferência por certas quintas de arquitetura modernista, como a “Quinta de Campanhã do Exm.^o Sr. Artur Gonçalves Martinho”, na Régua (**fig. 8**), ou a do Romeu, da Sociedade “Clemente Menéres” (**fig. 9**), em Mirandela, parecem constituir uma escolha menos estética ou de valorização patrimonial e (ou) paisagística, mas uma forma de propaganda.



Figura 8



Figura 9

Também a retratística do poder local acentua a importância deste Anuário como meio de divulgação do poder político e ideológico do Estado Novo. Quase todas as entradas referentes ao município, apresentam o retrato fotográfico do presidente da câmara.

Em todo o caso a fotografia assume, neste Anuário, como em grande parte das publicações da época, como esta visada pela censura (p. 573) uma forma de apresentação/representação assética do território: imagens sem lugar à vida pública, ao figurativismo que não o do retrato formal e à escolha de enquadramentos que acentuem a grandiosidade de cenografias de pendor pictorialista.

Posto isto, avisados para alguns dos constrangimentos desta fonte, podemos passar a elencar algumas das suas potencialidades e propostas metodológicas para a sua leitura e interpretação.

Na parte do **Memorandum**, organizada por municípios e, dentro destes, por freguesias, é possível sistematizar informação tão variada como identificação de serviços públicos e respetivos funcionários, que vão das entidades civis, judiciais, militares e policiais, até às religiosas e corporativas (**fig. 10**). Na secção relativa a **Comércio, Indústria, Agricultura e Profissões**, indicam-se pequenos negócios locais, alguns específicos de meios urbanos, outros mais disseminados em contexto rural. Para uma cidade como Lamego registam-se algumas das seguintes atividades: advogados, alfaiates, companhias de seguros, funerárias, associações e coletividades, reparação e aluguer de automóveis, bancos, barbearias, cafés, empresas de autoviação, chapelarias, farmácias, lojas de ferragens, lojas de fotografia, médicos, etc. (pp. 249-253). Mas é sobretudo o ponto que diz respeito a **Vinhos** que nos permite extrair dados respeitantes quer ao nome dos proprietários, quer quanto à sua produção.

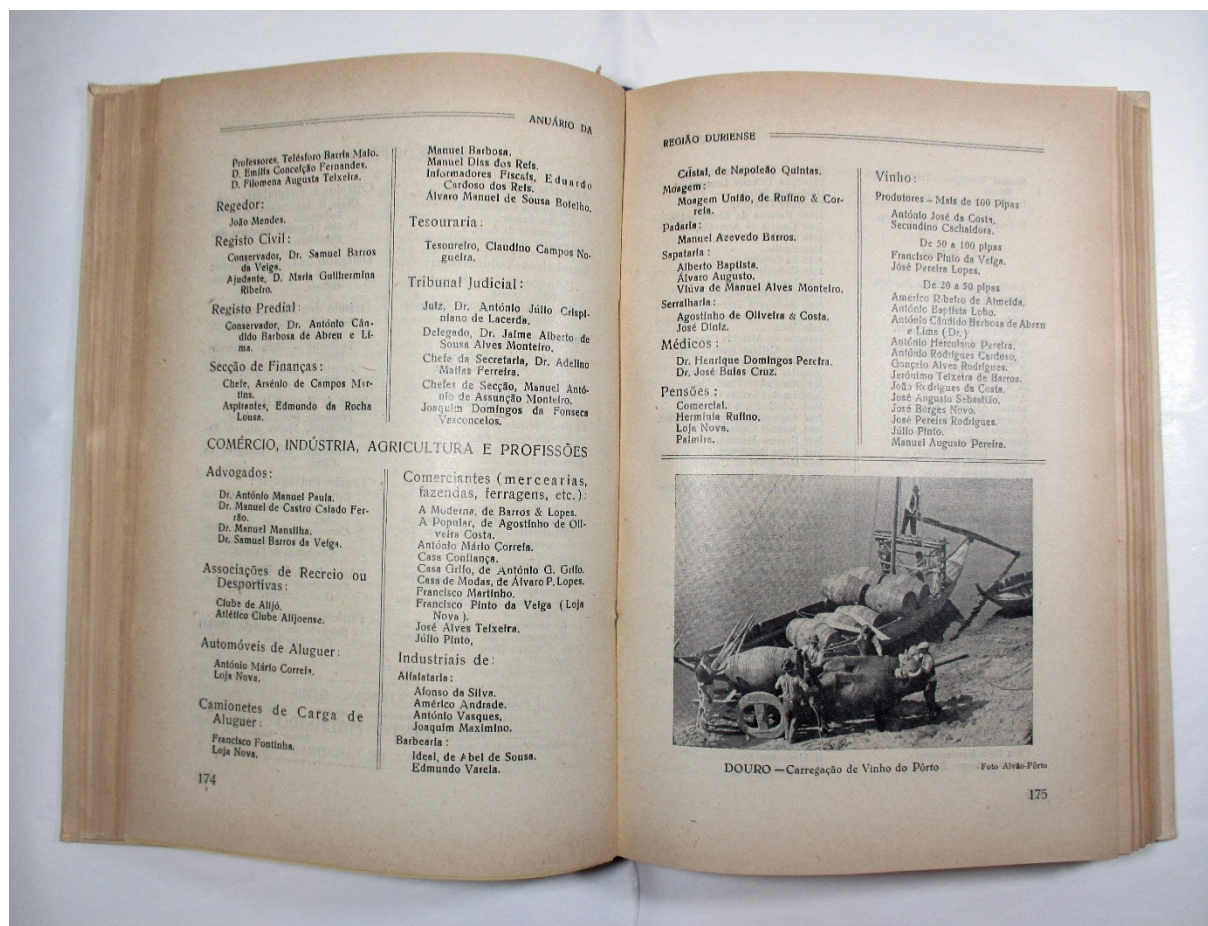


Figura 10

No caso da freguesia de Almacave, o autor divide a produção vinícola da freguesia em negociantes por *junto* (que no caso é, apenas, a empresa Caves da Raposeira, de Vale, Filho & Genros) e por *produtores*. Nestes, a produção é dividida em mais de 100 pipas (5 produtores), de 51 a 100 pipas (9 produtores), de 21 a 50 pipas (25 produtores) e de 5 a 20 pipas (78 produtores) – obtendo-se assim intervalos que podem ser transformados em gráficos que ilustram a categoria de vitivinicultores por cada freguesia.

Esta informação pode ser cruzada com a das Quintas da Região Duriense (pp. 100-123), cuja lista o autor orçou então em 945, constituindo este levantamento um importante instrumento para o estudo, por exemplo, da toponímia ou das elites proprietárias do Douro na década de 1930¹. A sua sistematização numa tabela *excel* ou noutra plataforma similar permitirá cruzar nomes de proprietários e estes com as produções indicadas ao longo do Memorando.

A informação visual do Anuário, composta pela imagem fotográfica e pelo grafismo dos anúncios é, também, uma importante fonte de conhecimento, quer sobre a paisagem e o edificado, quer sobre atividades locais, algumas delas ligadas à vitivinicultura, outras ao turismo em expansão e outras, ainda, à pequena economia local,

¹ No ano seguinte J. Alcino Cordeiro publicou um trabalho, também de grande fôlego, sobre as quintas do Douro, que certamente se fundou neste levantamento, cf. Cordeiro, 1941.

de negócios herdeiros dos velhos mesteres e outros, nascentes, como o da fotografia. Embora o grão da imagem fotográfica, obtida pelo processo da fotogravura, não permita uma leitura com suficiente definição, não deixa de constituir um importante registo visual que, mercê da sua digitalização e ampliação, pode auxiliar à reconstituição de paisagens e edifícios alterados ou perdidos.

Exemplificámos com um Município – Lamego – e, dentro deste, com uma freguesia – Almacave –, mas o tratamento informático de todos os dados veiculados pelo Anuário permitir-nos-á ter uma imagem global da Região Demarcada ao nível de comércio, indústrias, serviços públicos e produção vínica, tudo associado a nomes de indivíduos e denominações empresariais.

Para finalizar esta avaliação das potencialidades da fonte, e tomando como exemplo Lamego, as fotografias que dizem respeito a esta cidade, a maioria concentradas entre as páginas 231 e 269, são reveladoras da ideia turística que então se gizia: um misto de antiquarismo e progresso, ora mostrando-se o santuário da Senhora dos Remédios e a catedral, ora as novas artérias do Campo da República e da alameda do Liceu. São indissociáveis das fotografias as palavras de João Amaral e a própria organização do Anuário, tendo presente que, na crítica de um livro com ilustrações ou figuras, nunca a análise destas pode ser feita sem o devido enquadramento textual que as acompanha.

Considerações finais

Partindo de um Anuário – obra estatística sobre o território do Douro no final da década de 1930 -, procuramos questionar as suas limitações, a visão do seu autor e os percursos de investigação possíveis a partir desta fonte histórica secundária. Para tal, debruçamo-nos sobre a sua organização, desconstruindo-a e analisando-a para a compreender a partir dos elementos textuais e visuais que fornece.

Cumprindo, em parte, o trabalho de crítica, interna e externa, exigido pelo método histórico, estamos conscientes, porém, das limitações desta abordagem, que exige o confronto com outras fontes que possam ajudar a reconstituir a genealogia deste anuário.

Outrossim, temos consciência das lacunas biográficas sobre o autor e editor deste trabalho, que exige no futuro, uma busca aturada em arquivos públicos (nomeadamente no Arquivo da Casa do Douro) e cuja investigação poderá colmatar informações ainda desconhecidas sobre motivações (políticas? económicas?) e os objetivos para a realização de tal obra.

Contudo, os elementos disponíveis e a própria fonte permitiram, num primeiro momento, uma análise de conjunto e síntese dos elementos veiculados pelo anuário e algumas propostas para o seu tratamento metodológico e aproveitamento enquanto suporte para o estudo sincrónico do território do Douro região demarcada, na passagem da década de 1930 para a de 1940.

Fonte

Cordeiro, J. Alcino, org. - *Anuário da região Duriense 1940*. Régua: Imprensa do Douro, 1940, 573 pp.

Bibliografia citada

Chartier, R. (1990). «Livro». *A Nova História*. Le Goof, J. dir., Chartier, R. dir. and Revel, J., dir. Coimbra, Almedina: 362-364.

Chartier, R. (1998); Boavida, Ida, trad. - *As utilizações do objecto impresso*. Lisboa: DIFEL. ISBN: 972-29-0399-3

Cordeiro, J. A. (1941) -*Quintas do Douro*. [S.l. : s.n.].

Faria, M. I.; Pericão, M. da G.; Martins, J. P, pref. (1988) - *Dicionário do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

Peixoto, F. - «O triângulo corporativo» (2019), *In* Guichard, François, coord; Roudié, Philippe, coord; Pereira, Gaspar Martins, coord. - *História do Douro e do Vinho do Porto. O Vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 186-224.

Salmon, P (1979); Martins, A. V., trad. - *História e Crítica*. Coimbra: Livraria Almedina.